

O CORUMBAENSE

ORGÃO DOS INTERESSES DO COMMERÇIO, DA LAVOURA E DA INSTRUÇÃO POPULAR
LITERARIO E NOTICIOSO.

Propriedade de uma associação anônima.

Publica-se duas vezes por semana

Editor—J. A. Ferreira da Cunha.

Condições de assinatura: Para Corumbá—por anno 14\$000; por semestre 7\$000. Para o exterior—
por anno 15\$000; por semestre 8\$000. Número avulso 160 rs. Pagamento adiantado.

Ano II Cidade de Corumbá, (Província de Mato-Grosso) 9 de Julho de 1881. N.º 92

O Corumbaense

Corumbá, 8 de Junho de 1881.

Quem estuda e acompanha despaixonadamente a marcha da administração do paiz, não pode deixar de reconhecer, que a injusta e injustificável centralização do poder administrativo neutraliza, quase que em fogo, que tendão a desenvolver o progresso das províncias.

A ação governativa, assim centralizada, é um impossível, em um paiz como o nosso, vastíssimo e sem meios de comunicação; de climas e costumes variados, que impõe modificações nas respectivas disposições administrativas, adaptando-as às condições peculiares das diferentes províncias.

A consequencia imediata da centralização, como a que se executa no paiz, é a absoluta ineficacia de quaisquer medidas, ainda as mais bem pensadas, pela impossibilidade de fazer chegar a maioria dos pontos, a ação das autoridades administrativas e assim, crear e alimentar mandões, que se constituem verdadeiros senhores e flagello das povoações. O proprio governo a final, fica representando um papel ridículo, porque se constitue, por seu turno, um subserviente instrumento d'esses mandões, cuja influencia procura utilizar nas épocas eleitoraes. As constantes substituições dos Presidentes, e outros funcionários, cuja nomeação é feita pelo governo, produz pessimos resultados, conservando as províncias em permanente indecisão, na satisfação de suas mais vitais necessidades.

Os Presidentes, ordinariamente limitados a sua actividade administrativa, aos trabalhos de expediente necessário para montar a máquina eleitoral, concluindo esse serviço, procu-

rão recolher-se ao seio dos altos prectores, para receberem o premio de seus trabalhos.

A maioria dos presidentes de províncias, deixão a administração, sem conhecerão menos a divisão topográfica das províncias que acabaram de administrar. Rarissimo é o que se distrae com algum estudo relativo a uma ou outra conveniencia para a Província que administra; em geral, ocupão as horas-vagas do expediente, em recepção de visitas—ofícios—, em bailes, festas &c. Alguns há que, com tanta franqueza dizem terem sido nomeados somente para adquirirem, jás a causa maior e melhor, como ouvimos já dizer.

O pregresso das províncias, ou as menas a satisfação de suas mais urgentes necessidades, são causas que não merecem o menor reparo, cada presidente se considera apenas um viajante—em trânsito—na província. Recebe ovações, continências e fanfarreiras; diverte-se, & é tudo isso acompanhado de uma bôa medida que lhe dá a mão comum para indemnizar o immenso sacrifício de viver por algum tempo, ausente de amavel ninho.

E' essa a razão porque, em curtos intervallos, se opera uma verdadeira contradansa de presidentes de uma para outras províncias, accedendo aos pedidos dos que estão aborrecidos e desejoso viajar.

Com essas contradansas se gastão centenas de centos de reis anualmente, mas isso é causa muito secundaria, para servir do estorvo à distribuição dos felizes protegidos.

E tal a importancia que se liga ao alto cargo de Presidente de Província, que os felizes nomeados (quasi sempre filhotes do patrónate) julgam fazer um favor e não cumprir um dever, mostrando-se acima d'esse insignificante encargo de cuidar dos in-

teresses, bem-estar e segurança de um paiz!

Assim vão definhando as Províncias, vendo esterilizadas imensas riquezas, que uma administração, patriótica, zelosa e moralizada, faria surgir, em beneficio dos povos das províncias e da nação em geral.

Assim vivem as províncias, com uma autonomia ficticia, pois que todas as concessões constitucionais são falseadas e neutralizadas pela atitude, que se reservou ao governo geral, de nomear os presidentes respectivos.

Essa restrição acarretou outras, que a final, reduzido a ação das assembleas provincias a simples palestra preparatoria, para os palermos centrais, que se denominam—representação nacional.

Quanto teria todo o paiz lucrado se, dando-se elementos de vida às províncias, fosse uma realidade prática, a administração provincial?

Quantas vantagens não traria a cada uma das províncias a atribuição de eleger o seu presidente?

Interessado directamente no progresso da província sob sua administração, o presidente eleito, conhecedor das suas mais urgentes necessidades, possuiria os necessarios requisitos para garantir a sua dedicação aos interesses da população que o escolhera.

Então, seria efectiva a ação administrativa do presidente, livre das mãos que lhe impõe a subserviencia absoluta ao governo geral.

Então seria real a nação das Assembleias Provincias, que, com interesse se entregaria ao estudo das medidas de vantagem para as respectivas Províncias, coadiuvando o administrador.

Sabemos que estas verdades, não sgradarão muito a alguns ouvidos, cujos typanos são dotados de uma susceptibilidade illimitada, porém a

precisa e é tempo de dizer-as francas e positivamente, porque devemos acompanhar a marcha dos sucessos, tão brilhantemente iniciados no paiz, pela efectiva acção das idéas de progresso.

O tempo de fazer-se ouvir a voz da verdade, por muitos tempos sufo cada pelo mysticismo politico, que tem sabido conservar uma especie de fanatismo pelas tradições coevas de absolutismo e do despotismo.

Município.

FESTIVIDADE RELIGIOSA.

Celebrou-se com toda a pompa, a festa do Divino Espírito Santo, precedendo triduo com missas às madrugadas. No sábado à noite houve iluminação e fogos d'artifício, leilão das ofertas na porta da Egreja perante numeroso concurso de espectadores. No domingo houve missa cantada com toda a solemnidade e procissão á tarde, concorrendo a esta, mais de mil pessoas. Depois de recolher-se a procissão, procedeu-se ao sorteio de estylo, para os festeiros do anno vindouro, recebendo a sorte no Senr. João Gonçalves d'Oliveira Freitas e na Exma. Sra. D. Leonor do Bom Jesus Mangini.

Rendendo os devidos elogios aos festeiros, pelo esforço que empregaram para o brilhantismo da festa, pedimos venia para aventurar algumas considerações, que nos forão suggeridas, pela observação.

Experimentamos mal desagravel impressão, comparando o regozijo dos concorrentes, à musica, iluminação &c, com o estado da igreja.

A afflignação de luz, da iluminação e das foguizas, nos parecia destinada a tornar bem visível a nudez da parede de frente, que nem, no menos foi reboçada!

Assim impressionado, nos veio á mente a intenção de dar um conselho:—Uma parte da quantia despendida com os divertimentos, seria mais aproveitável, sendo aplicada ás obras necessárias para conclusão do templo, e ficaria atestando o zelo religioso e dedicacão dos festeiros.—É isso apenas opinião nossa; não sirva de motivo para conjecturas injuriantes.

ABUSO.—Não sabemos se houve ou não observância das disposições á respecte, porém, em todo caso, deu-se abuso, aparecendo mascarados, nas festejos do Espírito Santo, que se

encarregariam de dirigir nos concorrentes *inocentes chataquis*, provocando conflitos e desordem.—Na noite de 4 do corrente—um desses *cachorroiros* provocou a um moço paraguayo, que vive entre nós, sem ter dado motivos de censura, e a final ajudado por outros (também mascarados) espancou-o, esbofeteou-o &c &c. Tudo isso se deu á vista de testemunhas; o facto é grave e cumpre que a autoridade applique a lei, sem alterar a quasequer outras considerações,

Esperamos que o Sr. Delegado de Polícia não deixe impunes factas attentadas.

PEDIO e obteve exoneração do cargo de escrivão de Paz o cidadão João Ferreira Lima, sendo nomeado para substituir-o o cidadão Francisco Xavier Campos Moreira.

O PAQUETE "Coxipó", entrado de Cuiabá no dia 4, trouxe nos datas que alcançam á 1.^a do corrente, e dos jornais que recebemos, extractamos os seguintes notícias que mais interessantes nos parecerão:

Da «Provincia de Matto-Grosso». Foi nomeado para substituir o Dr. director geral da instrucção publica durante o tempo que estiver impedido com assento n'Assembéa Provincial, o Sr. Dr. Alfredo José Vieira.

Seguiram da capital, no dia 11 do passado, o Alfériz Antônio José Duarte, com 20 pratas de 21.^a batallão de infantaria, com o fim de unir-se á turma de 50 paisanos contractados que se achavam em serra-acima, e no dia 17, o major honorario Jorge Lopes da Costa Moreira, com outras 20 pratas do 8.^a batallão de infantaria e 50 paisanos contractados, afim de reunidas estas duas expedições com 140 homens, dirigirem-se nos alameados dos coroados para atingir os.

Em data de 23, foi nomeado interinamente, o Bacharel Antônio Correa da Costa Filho, para o lugar de lente de matematicas elementares do Lycéo Cuiabano, na vaga do capitão B. A. de Mendonça Lobo.

ACÇÃO MERITORIA.—Sob esta epígrafe, a «Maturação» de Cuiabá de 15 do passado, trou o seu editorial rendendo homenagem ao Exmo. Sr. Tenente-Coronel José Leito Galvão, pelo bem acertado acto de 9 d'aquelle mês, exonerando o Sr. Capitão B. A. de Mendonça Lobo, do cargo de professor de matematicas elemen-

tares do Lycéo Cuiabano, pois que realmente, a licença concedida com vencimentos, a esse Sr. Capitão, hia além do que se pode imaginar indecente.

REPARAÇÃO DE UM ERRO JUDICARÍO.—Com este título lemos no "Jornal do Commercio" de 20: «Escrevem-nos de Ouro-Preto a 16 de corrente (Abril):

«Ha cerca de quatro annos, no termo de Itajubá, foram processados e condenados á morte os pretos Joaquim a Camillo, escravos de José Maria Ribeiro de Carvalho, como autores do barbáro assassinato de seu senhor.

Confirmada a sentença pelo tribunal superior, foi a pena commutada por S. M. o Imperador na de galés perpetuos, sendo os condenados recolhidos a cadeia da cidade de Campinas, Dalli tiveram ordem de passarem para a de Ouro-Preto, mas para esta vieram só Joaquim, porque Camillo, cuitão enfermo, não podia fazer a longa viagem.

Aggravando-se a enfermidade de Camillo, e tendo elle remorsos, pediu ao Rev. padre Paulo Emílio, que o ouvisse em confissão, na qual declarou que elle e só elle fora o assassino de seu senhor, J. M. Ribeiro de Carvalho, que Joaquim era inteiramente inocente; e que, para deseneargo de conciencia, pedia que se tornasse publica a sua declaração. Em vista dos rogos do moribundo, o padre Paulo comunicou o facto ao delegado da polícia da Campanha, que compareceu á cadeia (27 de Novembro de 1879) e fez lavrar por tabellón termo das declarações de Camillo, o qual faleceu poucos dias depois.

A notícia do terrível erro judicarial foi logo publicada pelo «Monitor Sul-Minerino», que para o facto reclamou as necessárias providencias. Apesar disto e de haverem tres chefes de polícia da província sucessivamente informados da grave ocorrência no governo, este não providenciou, e Joaquim, o condenado inocente, continuava em lugubre prisão na enxovia dos galés.

Achando-se em Ouro-Preto S. M. o Imperador, foi-lhe apresentada, a 2 de Abril corrente, uma petição de graça pelo Sr. José Pedro Xavier da Veiga, em nome do desventurado preto. Essa petição, em que estavam os factos fielmente relatados, abrava-se instruída com os necessários documentos.

Sua Magestade, scierto da exactidão dos factos e sempre magnanimo na sua justiça, não só perdoou a pena de Joaquim, hontan, senta-faixa da Paixão, como mandou que o pobre preto fosse logo posto em liberdade, o que se effetuou. O beneficiado disse, com razão, nos transportes de sua alegria e gratidão, que ternava a nascer para a vida.

Ficou assim reparado pelo poder ma-

derador mais um terrível etro judiciário.

F R A N S C R I P Ç Õ O .

FALHA DO PRESIDENTE PROVISÓRIO DA REPÚBLICA DO PARAGUAY, AO ABRIR AS SÉSSES DO CONGRESSO, EM ABRIL DO CORRENTE ANO.

SRS. SENADORES:

SRS. DEPUTADOS:

(Continuação do n.º 91.)

Entre as medidas, em cujo estudo se ocupa o governo com escrupulosa atenção, se acha o estabelecimento de uma linha telegraphica que nos ponha em comunicação com os povos do interior, situados ao Sul da Repúblia e com as praças commerciais do exterior.

O Poder executivo se ocupa em obter recursos para a realização de tão útil projecto, e, suas esperanças não se frustrarem, conta apresentar aos haveres uma projecto tendente a satisfazer esta necessidade tão reclamada na actualidade, atento o desenvolvimento progressivo do Commercio.

O P. E. não se tem desculpado da viabilidade no interior da Repúblia, cujo estado não pode ser mais deplorável.

Tem-se concertado algumas pontes e construído outras em varios pontos, onde era necessário.

Os concertos das estradas, tem sido objecto de cuidadosa atenção do departamento do interior, que não cessa de recommendar as municipalidades da campanha, a conveniencia de aplicar uma parte das suas rendas a esses trabalhos.

E, entretanto, sensível que o estado de nossos recursos não nos permite aplicar fundos especialmente para melhorar as nossas vias de comunicação terrestres, bem as quais não é possível baratear o custo dos transportes de produtos de exportação.

Sejão quaesquer, porém, as dificuldades que se oponham ao melhamento das vias de comunicação, tanto que, persistindo no emprego dos esforços que se tem posto em ação, obter-se-lá a final os resultados desejados.

No respectivo relatório, será informado do estado e marcha do departamento de polícia e da necessidade que ha de aumentar o seu pessoal, em vista das exigências do serviço publico.

Também se vos dara' conta dos trabalhos da Administração da Fazenda, a fim de prevenir os estragos da bexiga. Em consequencia das medidas adoptadas oportunamente, tem decrescido ou

quasi cessado completamente essa epidemia na campanha,

O anno economico não podia ter sido melhor. Com quanto se tenha notado, nos primeiros meses do anno passado, uma sensivel diminuição nas vendas, foi isso transitorio e depois restabeleceu-se o equilíbrio, em condições muito mais favoráveis. Pode-se pois assegurar que as entradas tem aumentado, em relação aos annos anteriores e que tanto a importação, como a exportação tem experimentado acréscimo proporcional.

O ministerio respectivo vos apresenta oportunamente um quadro fiel desse movimento, para que possa melhor apropriar nossas situações economicas.

A Fazenda publica segue uma marcha regular e não arbitrária.

O serviço do organismo se verifica com escrupulosa pontualidade e os fundos, tem a aplicação que determinam as leis especiais.

A administração, adquire cada dia, maior crédito e confiança, ficando assim habilitada para realizar, no futuro, importantes operações financeiras que, multiplicando nossos recursos, nos coloque em condições de empreender projectos de transcendente interesse publico.

Tem-se dado restrito cumprimento à lei que autorizou o P. E. para a emissão de títulos de crédito nacional, não sendo necessário pôr em circulação totalidade da quantia votada. O serviço relativo a esta dívida verifica-se com toda a exactidão, estando já amortizados 54 % dos títulos.

Para corroborar o que fica dito sobre o estado do nosso crédito, me é muito satisfactorio manifestar-vos que os títulos emitidos tem gozado de elevada cotação na praça e ultimamente chegaram a obter premio. E' esta a primeira vez que se observa, no paiz, semelhante fenômeno economico e isto deve servir de eloquente estímulo para perseverarmos na scanda que temos seguido com tão feliz exito.

Um governo sem crédito, vê-se com frequencia impossibilitado de lançar mão dos recursos, ainda os mais indispensáveis, para exercer a's necessidades da administração; equivalo isso a um estado de lhevarrotos.

Só os governos moralizados e honestos, que professam culto religioso, ao cumprimento de seus compromissos, podem realçar a sua categoria com o crédito, essa poderosa faculdade social, que centuplica os capitais, como os meios modernos, aumenta em proporções razentíssimas as forças do homem. Oxalá! que eu prezasse de tão proverasas lições, os futuros governantes do paiz, prosigam 'no mesmo caminho, unico indicado pelo patriotismo e o de-

vere e que é imposto pelas necessidades do desenvolvimento nacional.

(Continua.)

II - Editorial.

Santo Antonio 23 de Maio de 1881.

A autoridade desmoralizada é um corpo sem espírito, e um edifício em ruina.

Não me apresento no alto desta tribuna Sr. Redactor do Corumbaense, com a mais leve sombra de espírito partidário para expor o facto hediondo que se deu a 8 do corrente nesta Freguesia entre o celebre Juiz de Paz da mesma Manoel Francisco de Amorim e Antônio da Costa; com esta exposição muito longo estou de ocupar-me com a autoridade deste Juiz que podera' suppor ligar alguma importância quer por seus precedentes continua ainda n'uma completa nullidade, apenas manifestar que os cidadãos da Freguesia vendem e descalabram as autoridades promovem a justiça por suas mãos e cada um arroga sua responsabilidade, como por exemplo o facto seguinte:

Querendo este Juiz absterse da canção de Antônio da Costa, por ignorar talvez o art. 6.º da lei dos mandamentos e 257 do código cr. encarregou a Antônio Felis propor troca da canção como causa sua por uma velha e pequena do Juiz de Paz com o remanescente de 2\$000 re. Costa, na maior honra fez entregando a sua canção e ficando procurar a de Antônio Felis, ali se convenceu da fraude que lhe havia armado, apressou-se portanto em desistir do negocio mas, nada adiantou-lhe porque o Juiz de Paz, com a sua entremetida habitual incontumiente concatenou em sua corrente e depositou em si o remanescente. Até hoje e, talvez, que para sempre flará Costa privado de sua propriedade se a 12 do mesmo não passasse pela Freguesia o prestatimoso cidadão Tenente José Felis Peixoto a quem Costa expoz a sua circunstância, este Sr. que em acto de servir não se faz cogitabundo, dirigiu-se a taberna de Bento Roiz Fontoura a procura de seu irmão que ali se achava e perguntando-lhe que razão havia para que Costa fizesse privado de sua canção, qual foi o espanto deste cidadão e outras que ali o circulavam? foi verem o Juiz de Paz retirar-se sem dizer palavra! E' maria desta autoridade é a do Subdelegado, seu irmão Bento não falare nem por monólogo (evidencia-se que os bodes matram e não fallam,) apenas responder-lhe este o seguinte:

— MOÇO SIDA SEU CAMINHO NÃO ME BOTAR DEBAIXO. Em face de tão inqualificável nepotismo, determinou o Tenente José

Feliz a Costa que fosse empossar de seu encontro, este armado de um machado desprendendo-a da corrente do Juiz de Paz e em seguida aquelle Sr. acharando consentimento esplicar e procedimento de Costa no Subdelegado Capitão Antonio Angulo, o qual querendo por termo a numerosa de usurpação dos direitos de seus concidadãos requisitou a subdelegacia do famoso Bentz, o autor do arrombamento das casas da vizinha Maria Luiza com indignação de pessoas cossistas e que por sua fortuna o inquérito policial existe insingido nas posturas da Secretaria da polícia, faz assim explicatedo que o Sr. Dr. João Maria Lisboa vio em seu delegado um procedimento náctivo da época.

O Juiz de Paz engolofando-se do alhejo contra a vontade de seu dono, o seu irmão Bentz, prendendo arrombando com o mesmo Angelo, filho deste querendo associar-se nos procedimentos destes Leitões, ocupava-se a pesquisar num pedaço de papel a hora da mulher de um alfiade porem, este em pleno dia se encarregou de dar physicamente a educação que reclamava o rapaz.

O partido liberal desta Freguesia hadda perdoar-me a franqueza de minha linguagem e tanto mais não sendo partidário, a sua mania teni sido collocar nas posições officiaes alguma pessoa da esphera do Sr. Antonio Angulo, porém somente em caso extremo exercera o cargo e os mais tem sido de preferencia suas autoridades os assedias fizeramidos na insabidade porque conven aquellas ignorar as suas atribuições para facilmente prestar-se a cabo de chictos.

Santelmo.

MEDITAÇÕES

Mathias Pereira Forte, Capitão reformado do exercito, Cavaleiro da Ordem de S. Bento d'Aviz, por Sua Magestade o Imperador que Deus Guarde e Juiz Comissario do município desta Cidade por nomeação do Governo, &, & &,

FAÇO saber que tendo me Maria Bernardina de Jesus, requerido a medição de uma posse de terras que posso no lugar denominado Banda-Alta com cultura efectiva de mandioca e milho, e morada habitual em que existem arvores de espinhos, tchau marrado o dia 27 d'esta mes, para dar coicego a referida medição; pelo que os confrontantes do mesmo lugar Virginio Pereira Mendes, Maria Magdalena Pereira Mendes e Antonio Joaquim Malheiros, e todos os mais que se julgarem com direito a requerer qualquer causa que lhe convenha, e a assistir ao

mesmo acto, são convidados a comparecer no dia e lugar designado pelas nove horas da manhã em que começará a audiencia. E para que não se allegue ignorancia, se mandou passar o presente, que sera affixado nos lugares do costume, Cidade de Corumbá, 6 de Junho de 1881. Eu José da Costa Leitão d'Almeida escrivânia que o escrevi.

Mathias Pereira Forte:

ANNUNCIOS

A Gl. da Gr. Arch. do Univ.

S. P. U.

 De ordem da Resp. e
Hl. Ir. Ven. int.
enviado a todos os Hr.
do C. e de Cir. para
comparecer a sessão
fam. Sexta feira 10 de
corrente mez as horas e lugar de
costume.

Secret. da Ang. e Resp. Loj.
Caridade e Silencio aos 7 dias
do mez de Junho de 1881.
(E. V.)

O Secret. int.
M. V. Ruybal.

AO CONSUMPTO.

Os abaixo assignados, declarão que dissolverão amigavelmente a sociedade commercial que tinham, estabelecida na cidade de S. Luiz de Caceres e que girava sob a firma de Rondon, Lacerda & C.º, cujo prazo expirou em 31 de Dezembro do anno proximo passado, ficando todo o activo e passivo da dita sociedade a cargo do socio Albino Augusto Pinheiro de Lacerda.

Corumbá, 4 de Junho de 1881.

Francisco da Silva Rondon

Albino Augusto Pinheiro de Lacerda.

O abaixo assinado, declara que os quotas de bilhetes da 1.ª grande loteria da sorte, sob n.º 255,876—450,064—450,067—450,068—e que estão em seu poder por enquanto, pertencem ao Divino Espírito Santo, por doação feita pelo Sr. José Gonçalves de Oliveira Freitas, para, caso sejam premiadas, com o producto fazer-se a festa no proximo anno de 1882, applicando-se o excedente se houver, em beneficio de qualquer

obra pia a juizo do mesmo Sr. Freitas.

Corumbá, 7 de Junho de 1881.
Randolpho Olegario de Figueiredo.

Muita atenção!

LUCIO M. D'ARRUDA,

em seu armazém de secos e molhados, no porto, tem grande quantidade de farinha, arroz, feijão, assucar, toucinho & & que vende por preços muito comodos. Em seu armazém encontrando também seus freguezes, cerveja, vinhos, refrescos, bitter e outras bebidas da melhor qualidade.

Recebem ultimamente, grande quantidade de superiores cebollas, alhos e batatas, que vende por muito pouco preço.

Uma declaração

NECESSARIA

Estamos informados de que se tem vendido productos falsificados do extracto de figado de bacalhau, que usurparam o nome e as apariencias do VERDADEIRO VINHO DE EXTRACTO DE FIGADO DE BACALHAU DO Dr. VIVIEN, que é o unico aprovado pela academia de Medicina, e receitado por todos os medicos da Faculdade de Pariz.

O producto genuino do Dr. VIVIEN é fabricado com muito esmero, o nunca pôde fermentar, azedar ou soffrer qualquer alteração. Pelo contrario as imitações e contrefações, que o Dr. Vivien já descobriu e submeteu aos tribunais competentes, fermentam, azedam, fermentam, fazendo saltar as relhas das garrafas ou quebrando os vidros,

Os Srs. medicos e enfermos devem estar pois de sobre-aviso assim de se preverarem contra essas imitações grosseiras, e nocivas falsificações. Devem, pois, exigir rigorosamente no gargalo de cada uma das garrafas a firma: Dr. VIVIEN, e, outro sim, consultar os nossos annuncios assim de verem quaes os depositarios onde poderia encontrar o genuino e verdadeiro VINHO DE EXTRACTO DE FIGADO DE BACALHAU DO Dr. VIVIEN, aprovado pela Academia de Medicinas de Pariz.

Depósito geral em Pariz:

J. Batard, Morineau e Comp.

50 Boulevard de Strasbourg 50.

Typ. do —Corumbaense— rua
Barão de Agapéhy.